

Turismo, Lazer e Negócios

Giovanna Tavares
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019

GiovannaTavares
(Organizadora)

Turismo, Lazer e Negócios

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T938 Turismo, lazer e negócios [recurso eletrônico] / Organizadora
Giovanna Tavares. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-317-0

DOI 10.22533/at.ed.170190805

1. Turismo. I. Tavares, Giovanna.

CDD 380.14591

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Este livro composto de uma série de artigos com foco em temáticas diversas reforçam o caráter multi, trans e interdisciplinar da atividade do Turismo. O turismo vem se transformando e a gestão estratégica desses empreendimentos turísticos, de lazer é de negócios requer cada vez mais ações diferenciadas e ações que se identifiquem com o ramo da atividade. Compreender, desenvolver e gerir um negócio exige múltiplos conhecimentos e tomadas de decisões para o desenvolvimento, crescimento e manutenção do mesmo. É notória a concorrência mundial promovida pela globalização, exigindo das organizações atitudes mais competitivas, cuja oferta de produtos e serviços norteiam-se pelas premissas da qualidade, atendimento e preço. O negócio “turismo” tem estimulado a ampliação das perspectivas de visão dos diferenciais turísticos na biodiversidade, na reinterpretação e ressignificação do patrimônio e estratégia empresarial, na busca da excelência de qualidade e competitividade do produto turístico nos segmentos de mercado, percebendo a necessidade da formulação, reformulação e adoção estratégica do desenvolvimento regional para o planejamento integrado e sustentável do Turismo e do lazer. Sendo assim ampliar a capacidade de aplicar a tecnologia de gestão estratégica nas organizações turísticas, levando em conta as suas peculiaridades e as consequências das ações gerenciais na sociedade mobilizando os recursos se faz necessário para atingir os objetivos a longo prazo. O resultado das pesquisas aqui apresentadas tem como objetivo principal avaliar as consequências econômicas, sociais e éticas das decisões administrativas no macro ambiente dos negócios e compreender as diversas dimensões entre as relações do turismo, lazer, espaço, planejamento e sustentabilidade, em suas diversas facetas.

Giovanna Tavares

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGROECOLOGIA: PROPOSTA À CHÁCARA BOCAIÚVA	
Talita da Costa Papas	
Elisa Luzia Costa de Santana Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.1701908051	
CAPÍTULO 2	12
A HOSPITALIDADE E SEUS FATORES DE COMPETITIVIDADE EM AGÊNCIAS DE VIAGENS DE PALMAS – TO	
Geruza Aline Erig	
Maria Elenita Menezes Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.1701908052	
CAPÍTULO 3	28
A PROSTITUIÇÃO MASCULINA NO CONTEXTO DO TURISMO DE LAZER	
Christopher Smith Bignardi Neves	
Luiz Ernesto Brambatti	
DOI 10.22533/at.ed.1701908053	
CAPÍTULO 4	44
A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: AIRBNB EXPERIENCE E O TURISMO LGBT	
Christopher Smith Bignardi Neves	
Isabele de Souza Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.1701908054	
CAPÍTULO 5	57
A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO BRASIL	
Christiano Henrique da Silva Maranhão	
DOI 10.22533/at.ed.1701908055	
CAPÍTULO 6	77
A “TURISTIFICAÇÃO” DE UM LUGAR DE MEMÓRIA É POSSÍVEL? UM ESTUDO SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO (RIO DE JANEIRO, BRASIL)	
Angela Teberga de Paula	
Vania Beatriz Merlotti Herédia	
DOI 10.22533/at.ed.1701908056	
CAPÍTULO 7	100
A TRANSVERSALIDADE DO SABER: O CONCEITO DE LUGAR E A SOCIOLOGIA DO TURISMO	
Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.1701908057	
CAPÍTULO 8	106
CONTROLE DO ESPAÇO URBANO E O TERRITÓRIO COMO PRODUTO TURÍSTICO: REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A SEGREGAÇÃO IMPOSTA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DE MEGAEVENTOS (RIO 2016)	
Sara Conceição De Paula	
DOI 10.22533/at.ed.1701908058	

CAPÍTULO 9	120
DETERMINANTES DO TURISMO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS: UM MODELO DINÂMICO COM DADOS EM PAINEL	
Pedro Miguel Fonseca Moreira de Carvalho Miguel Ángel Márquez Paniagua Montserrat Díaz Méndez	
DOI 10.22533/at.ed.1701908059	
CAPÍTULO 10	139
ECONOMIA CRIATIVA E PROPRIEDADE INTELECTUAL, INTERLOCUTANDO COM A TECNOLOGIA SOCIAL NA COMUNIDADE	
Felipe Rodrigus Bomfim José Claudio Rocha Anucha Prisco de Aguiar Peixoto	
DOI 10.22533/at.ed.17019080510	
CAPÍTULO 11	155
EMPODERAMENTO FINANCEIRO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ATRAVÉS DA SUA QUALIFICAÇÃO NA INDÚSTRIA DE TURISMO E EVENTOS	
Flávia Cristina Rodrigues Paiva Neuza de Farias Araújo Nelson Carpes Neiva	
DOI 10.22533/at.ed.17019080511	
CAPÍTULO 12	170
FAMILISMO EFICIENTE NO TURISMO EM ESPAÇO RURAL	
Luiz Ernesto Brambatti	
DOI 10.22533/at.ed.17019080512	
CAPÍTULO 13	184
HISTÓRIA LOCAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: MEMÓRIA, SABERES E PRÁTICAS	
Rosangela Costa Soares Felipe Rodrigues Bomfim José Cláudio Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.17019080513	
CAPÍTULO 14	195
HOSTEL E O SUJEITO TURISTA	
Mara Regina Thomazi Maria Luiza Cardinale Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.17019080514	
CAPÍTULO 15	209
MULHER NA PM: UMA QUESTÃO ESTRATÉGICA OU MARCA DE EMPODERAMENTO?	
Jamile Maria da Cunha Silva Felipe Rodrigues Bomfim	
DOI 10.22533/at.ed.17019080515	
CAPÍTULO 16	224
O BOTECA CARIOCA E A HOSPITALIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Cláudia Mesquita Pinto Soares Ceci Figueiredo de Moura Santiago	

Tânia Muzy da Silva
Bruno Morett Figueiredo Rosa
Luana Costa Pierre de Messias
Ricardo Guimarães Matias

DOI 10.22533/at.ed.17019080516

CAPÍTULO 17 240

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA POLÍCIA MILITAR NA ESCOLA IVETE OLIVEIRA EM SERRINHA – BAHIA

Jeciene dos Santos Pereira
Felipe Rodrigues Bomfim

DOI 10.22533/at.ed.17019080517

CAPÍTULO 18 254

ECONOMIA DO TURISMO PORTO, A “CONQUISTA” DO TURISMO E A RELAÇÃO COM O VINHO DO PORTO

Luis Pinto Machado
Diamantino Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.17019080518

CAPÍTULO 19 271

PROJETO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ANTIGO QUILOMBO DO CABULA: SOLUÇÕES PRÁTICAS QUE EMERGEM DAS PESQUISAS

Velma Factum Dutra

DOI 10.22533/at.ed.17019080519

CAPÍTULO 20 281

REFLETINDO A DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E A ECONOMIA CRIATIVA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Felipe Rodrigues Bomfim

DOI 10.22533/at.ed.17019080520

CAPÍTULO 21 289

“TRILHA GALERA PAU NA FUMAÇA”: A INFLUÊNCIA ECONÔMICA EM BOM JESUS DAS SELVAS - MA

José Rodrigues de Oliveira Filho
Rosélis de Jesus Barbosa Câmara

DOI 10.22533/at.ed.17019080521

CAPÍTULO 22 302

TURISMO DE EVENTOS, ANÁLISE COMPARATIVA 2013/2017: FESTIVAL GASTRONOMICO DE PIRENÓPOLIS – GO

Giovanna Adriana Tavares Gomes
Rafael De Araujo Rosa
Carlos Henrique Freitas

DOI 10.22533/at.ed.17019080522

CAPÍTULO 23 320

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: UM TERMO BRASILEIRO PARA ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Beatriz Sousa Pereira

Ivanir Azevedo Delvizio

Fernando Protti Bueno

DOI 10.22533/at.ed.17019080523

SOBRE ORGANIZADORA 338

HISTÓRIA LOCAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: MEMÓRIA, SABERES E PRÁTICAS

Rosângela Costa Soares

Universidade do Estado da Bahia
Salvador – Bahia

Felipe Rodrigues Bomfim

Universidade do Estado da Bahia
Salvador – Bahia

José Cláudio Rocha

Universidade do Estado da Bahia
Salvador – Bahia

RESUMO: O presente artigo apresenta os resultados do projeto sobre práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tem como objetivo investigar a história do surgimento do bairro de Saramandaia, periferia de Salvador, Bahia, por meio do resgate da história pessoal e do reconhecimento da diversidade de experiências dos educandos. A metodologia fundamenta-se na concepção dialógica formulada por Freire (2015) e na concepção socioconstrutivista do conhecimento. Traz como marco teórico as contribuições de Freire (2015), Gadotti (2008), Antunes (2008), Matui (2005) e Vygotsky (1984). A relevância deste trabalho parte da importância do desenvolvimento de metodologias que valorizem os saberes, vivências e experiências do educando jovem, adulto e idoso na construção da prática pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE: História Local. Educação de Jovens e Adultos. Prática Pedagógica.

ABSTRACT: The present article show off the results of the project about pedagogical practices in Youth and Adult Education (EJA). It aims to investigate the history of the emergence of the neighborhood of Saramandaia, periphery of Salvador, Bahia, through the rescue of personal history and recognition of the diversity of learners' experiences. The methodology is based on the dialogical conception formulated by Freire (2015) and on the socioconstrutivist conception of knowledge. It brings as a theoretical framework the contributions of Freire (2015), Gadotti (2008), Antunes (2008), Matui (2005) and Vygotsky (1984). The relevance of this work is based on the importance of developing methodologies that value the knowledge, experiences and experiences of young, adult and elderly educators in the construction of pedagogical practice.

KEYWORDS: Local History. Youth and Adult Education. Pedagogical Practice.

1 | INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/1996, define a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade da Educação Básica, podendo ser realizada nas etapas:

Ensino Fundamental e Ensino Médio. No Ensino Fundamental, etapa proclamada pela LDB nº 9.394/1996 como direito público subjetivo, a EJA é facultada a todo cidadão que não teve acesso ou não concluiu a escolarização na idade própria, sendo dever do Estado garantir o acesso dessa população ao sistema público de ensino.

Conforme a Lei nº 9.394/1996 a Educação de Jovens e Adultos apresenta as seguintes especificidades:

Art. 37. A educação de Jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996).

É importante destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, assim como a LDB de 1996, concebe a EJA como “[...] uma outra e nova possibilidade de acesso ao direito à educação escolar sob uma nova concepção, sob um modelo pedagógico próprio e de organização relativamente recente” (BRASIL, 2013, p.345).

É nessa perspectiva de respeito e reconhecimento de valores e práticas cotidianas, como também de reflexão sobre as condições de vida dos estudantes que construímos o projeto “Saramandaia, meu povo, minha gente construindo nossa história”, tendo como eixo central a temática história local e do cotidiano.

O bairro de Saramandaia, embora esteja localizado em área valorizada da capital baiana, sofre com problemas comuns aos bairros periféricos, a saber: falta de saneamento básico e infraestrutura; ausência de áreas e equipamentos de esporte e lazer; crianças e jovens fora da escola por falta de vagas e precariedade na assistência à saúde.

Diante dessa realidade, o trabalho teve como objetivo geral investigar a história do surgimento do bairro, por meio do resgate da história pessoal e do reconhecimento da diversidade de experiências dos educandos de uma turma da EJA, em uma escola municipal de Salvador, Bahia.

Para tal, elencamos como objetivos específicos: pesquisar a história do bairro, através da memória dos educandos e dos moradores mais antigos, integrando a escrita e a imagem como formas de organização das informações pesquisadas e socialização do conhecimento; reconhecer a si próprio e seus pares enquanto portadores e construtores de cultura, valorizando a história pessoal, mediante a aprendizagem de diferentes linguagens e do respeito a diversidade de indivíduos e grupos sociais.

Tencionamos também, selecionar e reconhecer o significado de objetos e

documentos pessoais como fontes de memórias e histórias nos âmbitos pessoal, familiar, escolar e comunitário, além de promover a elevação do nível de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, através de práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem significativa.

A metodologia adotada teve como princípio a construção do conhecimento na perspectiva interdisciplinar e emancipatória. Dessa forma, buscamos garantir a alfabetização e o letramento por intermédio de práticas vivenciais e contextualizadas.

Sabemos que o jovem e adultos que retorna ou inicia o processo de escolarização não busca apenas aprender a ler e escrever, mas, compreender o mundo que o cerca, podendo atuar com autonomia e independência.

Nesse cenário, o domínio da leitura e da escrita é uma ferramenta indispensável para o exercício da cidadania. Logo, nossa intenção, além de assegurar a alfabetização dos educandos é tornar a escola um lugar de reflexão sobre os direitos básicos da pessoa humana na perspectiva da igualdade de direitos e do respeito a diversidade.

2 | O EDUCANDO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SUJEITO DE DIREITOS

Ao tratarmos dos educandos da Educação de Jovens e adultos (EJA), é necessário, primeiro, precisar qual é a concepção de sujeito e de aprendizagem que fundamenta este projeto. Iniciamos com uma afirmação: o jovem e adulto que inicia ou retorna a escola traz consigo experiências e aprendizagens que devem ser consideradas no momento do planejamento do professor.

Diante dessa afirmação duas questões devem ser respondidas: quem é o educando da EJA, seus saberes, experiências, situação socioeconômica, sua relação com a comunidade e seu projeto de vida? Como o educador e a escola podem construir um ambiente alfabetizador que respeite a diversidade cultural dos estudantes da EJA?

Para lidar com essas questões temos que considerar duas dimensões no processo de ensino-aprendizagem: a social e a cognitiva. Dimensões presentes no princípio político-pedagógico postulado por Paulo Freire (FREIRE, 2015) e na concepção socioconstrutivista do conhecimento.

Adimensão social e cognitiva ocorre no momento em que educandos e educadores “[...] estabelecem uma forma autêntica de pensar e atuar. Pensar-se a si mesmos e ao mundo, simultaneamente, sem dicotomizar este pensar da ação.” (FREIRE, 2015, p. 100).

Freire assevera que no processo de busca por significados a concepção problematizadora e libertadora da educação forja o educador humanista para em união com o educando possam guiar-se no caminho da humanização de ambos (FREIRE, 2015).

Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais

estiveram [fora de]. Sempre estiveram [dentro de]. Dentro da estrutura que os transformam em [seres para outro]. Sua solução, pois, não está em [integrar-se] a esta estrutura que os oprime, mas em [transformá-la] para que possam fazer-se [seres para si]. (FREIRE, 2015, p. 38, grifo do autor).

É nesse horizonte que se insere a educação problematizadora, do esforço incansável de homens e mulheres de se perceberem no mundo para transforma-lo, da pronúncia da palavra verdadeira: transformar o mundo (FREIRE, 2015) e do diálogo como fenômeno humano determinado pelo “[...] encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.” (FREIRE, 2015, p.109).

Nesse sentido, Freire (2015, p.109) destaca que:

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não se pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

O autor (2015), nos alerta para o fato da educação ser um ato político. Um processo em que a aquisição da língua escrita é indissociável da leitura do mundo. Trata-se de conceber alfabetização como um dos caminhos para transformação social, através do respeito aos saberes e experiências dos educandos.

É nessa perspectiva que a concepção socioconstrutivista do conhecimento contribui para compreensão da interação entre: sujeito da aprendizagem - objeto do conhecimento - trocas sociais. Segundo Matui (2005, p 111), “[...] a interação constrói o próprio ser humano. Portanto, construir significa promover a interação do sujeito com o meio. O processo dessa construção é a aprendizagem [...]”.

Com base nesses pressupostos se insere a temática sobre a história local e do cotidiano proposta neste projeto. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o estudo da história local amplia a capacidade do estudante em observar as relações sociais e econômicas de sua localidade e de outros espaços, possibilitando o respeito a diversidade sociocultural de indivíduos e grupos sociais (BRASIL, 1997).

O ensino e a aprendizagem da História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas. (BRASIL, 1997, p 49).

O trabalho com a história local propicia o reconhecimento do direito a palavra do educando, modifica a concepção desse sujeito em relação sua atuação na sociedade, de ouvinte, o estudante passa a ser pronunciante de seus problemas e interesses.

Ainda com base nos PCN:

A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia. (BRASIL, 1997, p 49).

Nesse horizonte, a prática pedagógica fundamentada no resgate a história local e do cotidiano representa um importante espaço de reflexão sobre a identidade educando e da coletividade de que ele faz parte.

Retornemos, então, a pergunta inicial: quem é o estudante da EJA? De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9394/96, Art. 37. “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Em outras palavras, o educando da EJA faz parte das populações empobrecidas e marginalizadas deste país.

São homens e mulheres que diante da dura realidade imposta pelo sistema político e econômico vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em muitos casos, obrigados a trabalhar, ainda criança, para ajudar no sustento da família.

Gadotti (2008, p. 8), ressalta que o “[...] analfabetismo não é um problema pedagógico, mas um problema social”, sendo assim, as pessoas que retornam à escola querem mais do que aprender a ler e a escrever, querem ter seus saberes e experiências valorizados, querem ser reconhecidos como cidadãos.

Nesse horizonte, o papel do educador é de problematizador da realidade, mediador entre o conhecimento trazido pelo educando e os saberes historicamente construídos. Logo, cabe a escola oportunizar o estudante jovem e adulto um ambiente que o respeite como construtor de cultura.

Nesse cenário de respeito a cultura do sujeito da aprendizagem, destacamos os estudos de Ângela Antunes (2008), sobre a importância do trabalho pedagógico fundamentado no eixo temático história local e do cotidiano.

Segundo Antunes (2008), a prática docente deve partir de temas que levem o estudante a interpretar sua realidade imediata e de totalidades mais abrangentes. Para a autora, “É dentro dessa relação, realidade local e contexto universal, que se buscam conhecimentos historicamente organizados e sistematizados para se superarem as situações do cotidiano” (ANTUNES, 2018, p.109).

Trata-se de reconhecer e fortalecer práticas pedagógicas que contribuam para criação de espaços colaborativos de aproximação entre o conhecimento produzido pela comunidade e a escola. Não podemos desvincular a historicidade, o compromisso político e ético da escola na construção dessas dimensões, bem como a necessidade de intervenção.

3 | O BAIRRO DE SARAMANDAIA E A CIDADE DE SALVADOR, BAHIA

Na década de 1970 a cidade de Salvador vivenciou um significativo aumento populacional e a reestruturação do seu espaço geográfico, fatores que alteraram as configurações sociais, econômicas e administrativas da velha capital baiana. Por um lado, a cidade ganhou o formato de uma metrópole moderna, por outro, as distâncias

socioeconômicas entre ricos e pobres foram aumentadas.

O resultado desde acentuado distanciamento socioeconômico entre a população foi refletido em mobilizações da população empobrecida, pelo direito à cidade, à educação, à infraestrutura urbana e a serviços básicos. Em seus estudos sobre a pobreza e marginalização, Gey Espinheira e Antônio Soares (2006), relacionam a atual organização do espaço geográfico de Salvador aos aspectos econômico, político e demográfico iniciado na década de 1970.

O aspecto econômico decorre do redirecionamento do centro econômico situado no Bairro do Comércio para a Avenida Antônio Carlos Magalhães que levou ao esvaziamento da área portuária, assim como a construção do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) que interligou o Centro Industrial de Aratu (CIA), a capital e a região metropolitana. Dessa forma, provocou o enfraquecimento da antiga região industrial situada na Cidade Baixa.

Já, o aspecto político inicia-se com a transferência da sede do governo estadual do Bairro do Pelourinho, Centro Histórico, para o moderno Centro Administrativo da Bahia (CAB) construído na área norte da cidade. Em relação ao aumento demográfico, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Salvador na década de 1970, quase dobrou, em relação à década de 1960, passando de 693.801 habitantes nos anos de 1960 para 1.147.821 habitantes nos anos de 1970.

Nesse contexto, chega em Salvador um grande número de pessoas, motivadas pela oferta de emprego, profissionais com e sem qualificação. Os qualificados, oriundos da classe média e alta vindos de outros estados, assim como da classe média local que surgia com o desenvolvimento industrial do Estado e com as grandes obras públicas, passam a solicitar moradias, exigindo da construção civil novos empreendimentos.

Os profissionais não qualificados, moradores dos territórios populares, além dos desempregados, sem escolarização, vindos do interior do estado e das áreas empobrecidas da cidade, sem dinheiro para comprar um lote de terra legalizado, passam a invadir ou comprar de terceiros terrenos ilegais, dando início a um complexo e resistente processo de luta pelo direito à moradia e aos seus serviços básicos.

A este respeito, Espinheira e Soares (2006), compreende os territórios populares, “como os espaços pobres e informais, àqueles ilegais juridicamente ou fruto de dissimulados projetos públicos de reurbanização popular”. Estes territórios são compostos por pessoas pobres, negras, assalariadas, trabalhadoras do mercado informal e desempregadas, aglomeradas nas áreas situadas ao norte, ao centro e ao oeste de Salvador.

Na concepção de território popular proposta por Gey Espinheira e Antônio Soares (2006) estão as favelas ou invasões, espaços que apresentam “precariedade da urbanização e da moradia e ilegalidade na ocupação do lote”. O morador da favela ou invasão é primeiro um invasor, um favelado, portanto, “aquele que tentou contra a propriedade privada e ilegalmente se estabeleceu naquele local” (ESPINHEIRA; SOARES, 2006).

Na mesma linha de raciocínio o IBGE na publicação do Censo Demográfico de 2010, classifica favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros, como aglomerados subnormais, irregulares, existentes no País. Mike Davis (2006, p.33), destaca a definição oficial elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002: a favela é “caracterizada por excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse de moradia”.

O autor chama atenção que a definição construída pela ONU não cita as condições sociais, por serem mais específicas e, portanto, difíceis de qualificar. Embora, para Davis, as circunstâncias, a marginalidade econômica e social seja igualmente vivida pela maioria das favelas em todos os lugares do mundo.

Neste contexto, está inserida a antiga invasão ou favela de Saramandaia, hoje, Bairro de Saramandaia. Originada em meados da década de 1970, em uma área desapropriada pela prefeitura na intenção de ali colocar a Ceasa, posteriormente considerada inepta e abandonada. Localiza-se na região do novo centro econômico da cidade, na Avenida Antônio Carlos Magalhães, nas áreas circunvizinhas ao Departamento de Trânsito da Bahia (DETRAN) implantado em 1973, ao novo terminal rodoviário ativado em 1974 e ao Shopping Iguatemi, hoje Shopping da Bahia, inaugurado em 1975.

Esta localidade, batizada com o nome - irônico, devido à grande diversidade de formigas aí existente - da fictícia cidade de Saramandaia, da novela de Dias Gomes, exibida em 1976, nasceu espontaneamente na década de 1970 com a invasão de uma fazenda situada atrás da nova rodoviária, o Fazendão Pompilho.

Em relação à educação, a comunidade contava com a Escola Nossa Senhora das Mercês, escola comunitária, que atendia gratuitamente 100 crianças de até 6 anos de idade nos turnos matutino e vespertino, em duas salas de aula com a colaboração de 3 professoras leigas e uma funcionária de apoio responsável pela higienização do espaço e pela produção da merenda que era oferecida diariamente para as crianças graças a doação de pessoas.

Com uma demanda de 1.920 pessoas em idade escolar e apenas 380 atendidos os moradores começam a se mobilizar nas associações do bairro para exigir dos poderes públicas a construção de escolas, além de outros serviços essenciais como energia elétrica, posto de saúde e urbanização.

4 | A REIVINDICAÇÃO FRENTE AO ESTADO: A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ESCOLA PÚBLICA DE SARAMANDAIA, SALVADOR, BAHIA

As reivindicações pela construção de escolas públicas em Saramandaia, assim como todos os equipamentos públicos ali instalados fez e faz parte de uma conscientização política de sua população iniciada na década de 1970 por um grupo

de missionários católicos liderados por Adalgisa Maia, missionária católica, que ao deparar-se com a situação de extrema pobreza vivida pelos moradores, atendeu ao chamado de Puebla¹, assumindo o compromisso de ser a primeira professora e de denunciar a condição de marginalidade, violação de direitos e invisibilidade da comunidade.

Com a saída de Tia Gisa de Saramandaia, a Monja Madre Paula, Irmã Paula, cria a Associação de Pais e Mestres, para assegurar a continuidade da Escola Nossa Senhora das Mercês e a criação de mais duas escolas comunitárias, Escola Nossa de Lourdes e Escola São Francisco de Assis, que funcionavam graças ao trabalho das mulheres e mães da comunidade.

Mas, o trabalho nas escolas comunitárias não se limitou apenas a educação das crianças, mas também a conscientização política das mulheres que se organizavam para garantir a alimentação diária das crianças junto aos grandes estabelecimentos comerciais da Capital e o atendimento das exigências legais para obterem gêneros alimentícios junto ao poder público.

Como resultado desse movimento de organização dos moradores, em sua grande maioria mulheres, surgiram as primeiras associações, que reivindicavam do Estado implantação de serviços e equipamentos coletivos.

Em 1985, após várias mobilizações lideradas pela Associação Beneficente de Senhoras, a Secretaria Educação de Salvador constrói a primeira escola no bairro, Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa.

Marisa, líder comunitária, atuante na década de 1980 relatou em entrevista ao Livro Caminho das Águas em Salvador (2010), como a comunidade reivindicou a construção da primeira escola pública, Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, que veio em seguida à anterior Escola Comunitária, Nossa Senhora das Mercês, originária da Escolinha da Tia Gisa.

[...] gente queria falar com o secretário de educação. Chegamos cedo e diziam que ele não estava. Ficamos na porta do gabinete e nada... Mandamos comprar pão e pedimos água para o lanche. Depois de muitas negativas, o secretário saiu da sala e foi ao banheiro, a gente foi atrás e quando ele saiu não teve jeito, levou todo mundo para o gabinete e assim conseguimos a escola. (SANTOS et al., 2010)

Saramandaia, hoje, possui uma população de 12 mil habitantes, sendo 89,59% de cor ou raça negra (IBGE, 2010), que ainda convive com a falta de infraestrutura e saneamento básico, alto nível de violência e uma das mais altas taxas de analfabetismo entre a população com 15 anos ou mais de idade da capital baiana 10,21%, segundo dados do IBGE, (2010).

Para atender esta demanda, o bairro conta com duas escolas municipais de anos

1 Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Puebla de Los Angeles no México de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, trouxe como missão cristã ao clero e aos leigos católicos “a necessária mudança das estruturas sociais, políticas e econômicas injustas” (1155).

inicias do Ensino Fundamental, sendo que uma, atende aos alunos da Educação de Jovens e adultos no turno noturno, totalizando 780 vagas; três escolas comunitárias de Educação Infantil e seis escolas particulares de anos iniciais do Ensino Fundamental.

No bairro de Pernambués, que fica próximo à Saramandaia, possui duas escolas estaduais que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, todavia, nem todas as pessoas podem frequentar estas escolas, devida a guerra entre facções criminosas existentes entre as duas localidades.

Notemos que as vagas existentes nas instituições de ensino não atendem à demanda de alunos que necessitam de educação básica em Saramandaia, representado um problema grave para o exercício da cidadania para esta população. A Defensoria Pública (DP-BA) instaurou um procedimento para apurar se há omissão do município de Salvador na oferta de vagas para educação infantil, no seguimento creche, que abarca crianças de 0 a 3 anos, nos bairros de Pernambués e Saramandaia.

Segundo informações dos líderes comunitários, a Defensoria foi informada sobre a falta de vagas pelos defensores públicos da área da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Tutelar de Pernambués, assim como por moradores durante um mutirão realizado no bairro.

Vemos, assim, que a luta dos moradores de Saramandaia pelo direito humano à educação não acabou. Agora, é preciso lutar pelo direito de matricular os filhos em escolas que ofertem toda a Educação Básica dentro do bairro, além das condições necessárias para permanecer e prosseguir nos estudos.

Dessa forma, o percurso escolhido inspira-se no enfoque crítico-dialético em que a produção social do conhecimento se dá em sociedade na comunhão entre os homens e mulheres, de quem, por determinações diversas, encontra-se na Comunidade de Saramandaia.

5 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo tem como premissa a dialogicidade e a valorização dos conhecimentos prévios dos educandos. Dessa forma, o educando e educador através de atividades problematizadoras produzem situações de aprendizagens vivenciadas no cotidiano da comunidade.

Assim, o planejamento das ações educativas deve estar em consonância com: os objetivos, os fundamentos, os conteúdos e estratégias metodológicas, sempre considerando o contexto comunitário e escolar, os sujeitos envolvidos e o processo de avaliação e acompanhamento.

A utilização do fundamento político-pedagógico fundamentado por Freire (2015) e da concepção socioconstrutivista da construção do conhecimento se dará, através de atividades de narração oral, escrita e visual de fatos da vida dos educandos que culminaram com a chegada deles no bairro.

A intervenção pedagógica estimula o estudante a pensar, buscar respostas e avançar no conhecimento da língua escrita mediante atividades como: roda de conversas sobre os temas debatidos, produção de textos, estímulo a leitura de diferentes registros escritos, iconográficos e sonoros.

Assim, o processo de alfabetização dos educandos propicia o uso social da linguagem através do trabalho de resgate da própria identidade, da valorização da história pessoal, como também da comunidade.

Portanto, nosso intuito é que o estudante seja capaz de respeitar o diferente e saiba conviver com a diversidade, bem como aumente o nível de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, além de demonstrar compreensão dos problemas vivenciados na família e no bairro, propondo soluções para os mesmos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática educativa pautada na história local dos estudantes tem como objetivo o direito de ter a identidade reconhecida, o desenvolvimento, a socialização, a formação ética, como também a criação de um ambiente rico em trocas de experiências e gerador de aprendizagens múltiplas.

A Educação de Jovens e Adultos é um ato de resistência aos inúmeros fatores que impedem o jovem e adulto de usufruir do Direito Humano à Educação. Afinal, como nos ensina Paulo Freire (2015), nosso dever enquanto educadores comprometidos com a formação política das comunidades nas quais exercermos nosso trabalho é contribuir para formação de cidadãos que sonham e buscam uma sociedade mais justa, transformadora e humanizada.

Com o intuito de revelar essa história, tirando-a da invisibilidade social e protegendo o patrimônio imaterial dessa comunidade e sua identidade, pretendemos reconhecer e valorizar as dimensões históricas e políticas do lugar onde os sujeitos estão construindo suas histórias.

Finalmente, esperamos ter conseguido demonstrar que a construção e ampliação de escolas públicas na localidade pesquisada foi e é produto de uma postura política refletida na organização de seus moradores. Essa organização se traduz na conquista de escolas, na ampliação de vagas e na compreensão de que as coisas não são dadas, mas conquistadas na luta diária pelo direito de ser cidadão.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. B. R. Temas geradores. In: ANTUNES, M. B. R. et al. **Alfabetização de jovens e adultos**: manual do alfabetizador. 1. ed. Rio de Janeiro: Escola Multimeios, 2008.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/66, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação**

Básica. Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 1960. Disponível em: <HYPERLINKhttp://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t8_ba.pdf>. Acesso em 09 de abril. 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970. Disponível em: HYPERLINKhttp://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t13_ba.pdf. Acesso em 09 de abril. 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Disponível em: HYPERLINKhttp://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n15_ba.pdf. Acesso em 09 de abril. 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: HYPERLINKhttp://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm>. Acesso em 09 abril. 2016.

DAVIS, M. **Planeta favela.** São Paulo. Boitempo, 2006.

ESPINHEIRA, G.; SOARES, A. M. C. Pobreza e marginalização: um estudo da concentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil. In: **XV Nacional de Estudos Populacionais**, abep, Caxambú- MG, 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_266.pdf. Acesso 02 de abril. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 59.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GADOTTI, M. Um cenário possível da educação de jovens e adultos no brasil. In: ANTUNES, M. B. R. et al. **Alfabetização de jovens e adultos: manual do alfabetizador.** 1. ed. Rio de Janeiro: Escola Multimeios, 2008.

MATUI, J. **Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino.** São Paulo: Moderna, 2005.

SALVADOR. **Setor de informação Municipal de Salvador.** Salvador: maio de 1980.

SANTOS, E. et al. **O caminho das águas em salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes.** Salvador: CIAS/UFBA; SEMA, 2010.

SILVA, A. **Saramandaia: histórias de areia e lama.** São Paulo: O Recado, 1980.

SOBRE A ORGANIZADORA

GIOVANNA TAVARES. Doutorado em Performances Culturais pela UFG em andamento / 2019 - 2022, Mestrado Acadêmico na área das Ciências Sociais Aplicadas em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI - SC (2007-2010) / CONCEITO CAPES 5 – Foco: Planejamento Participativo e desenvolvimento de base local, Especialista em Gestão em Turismo e Hotelaria pela Faculdade Lions - GO (2004-2005), Bacharel em Turismo pela Faculdade Cambury - GO (2003), MBA Executivo em Coaching, (2018) na Faculdade Cândido Mendes. cursando atualmente: Especialização em Administração do Setor Público, Especialização em Administração em Marketing de Serviços e Social e MBA em Gestão de Projetos (previsão de término dezembro 2019 - Faculdade Faveni). Atua na área de Pesquisa aplicada como pesquisadora em diversas áreas do mercado: Turismo, hotelaria, eventos, pesquisa censitária, gestão comercial e de negócios, sendo atualmente Professora Universitária na Faculdade Cambury nos cursos de Eventos e Gestão Comercial e na Coordenação Geral do evento institucional Círculo do Conhecimento desde 2015. Membro da ANPTUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. É servidora pública do Estado de Goiás na Área Técnica da Agência Estadual de Turismo - GOIÁS TURISMO - Coordenadora do OBSERVATÓRIO DO TURISMO DO ESTADO DE GOIÁS e Diretora de Gestão, Planejamento e Finanças. Presidente da ABBTUR - GO / Associação Brasileira de Turismólogos(as) e Profissionais de Turismo - Seccional Goiás. Atuou como: Professora do MBA em Promoção e Gestão de Eventos na disciplina: Planejamento e Coordenação de Eventos e Orientação de TCC pelo IESB – Instituto de Educação Superior de Brasília, Professora no IF Goiano - EAD no curso de Eventos, Professora na Faculdade Lions de (2013 a 2016) nos cursos de Turismo, Hotelaria e Administração; Faculdade de Tecnologia SENAC – Goiás (De 2007 a 2014) na Elaboração de projetos, coordenação e docência na Pós Graduação em Gestão de Empreendimentos Turísticos e Eventos e no Curso superior de Gestão de Turismo (ênfase em eventos) e somente como docente nos cursos de: Gestão Comercial, Gestão Ambiental, Gestão da Tecnologia da Informação e Produção Multimídia. Possui vasta experiência em disciplinas nas áreas de gestão (Planejamento Estratégico e Empreendedorismo), eventos, turismo, hotelaria, pesquisa, metodologia e atividades de campo/visitas técnicas. Consultora

da ONG Araucária - Organização Pró-Desenvolvimento Integrado Sustentável desde 2010, cuja atuação é na área de planejamento e desenvolvimento em turismo, com experiência em elaboração e execução de projetos para MTur, Governo do Estado de Santa Catarina, Prefeituras Municipais e setor privado. Consultora da PDCA desde 2013 - Assessoria e Treinamento: Turismo, Hospitalidade e Eventos.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-317-0

